



Desafios para o Empoderamento da mulher – Igualdade e equidade de género

Desafios e compromissos



GOVERNO DE
ANGOLA

masfamu.gov.ao
Ministério da Acção Social,
Família e Promoção da Mulher



ICIEG
Instituto Cabo-verdiano para
Igualdade e Equidade de Género

MINISTÉRIO DA
FAMÍLIA, INCLUSÃO
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



A TRABALHAR PARA TODOS.



Abril, 2022



SUMÁRIO EXECUTIVO

1

• INTRODUÇÃO

2

• ENQUADRAMENTO

3

• CONTEXTO NACIONAL

4

• CONCLUSÃO

5

• RECOMENDAÇÕES

6

• PERSPECTIVA



INTRODUÇÃO



Criado em 1994, então como Instituto da Condição Feminina, em 2006 ganhou a designação atual e em 2016 uma tutela fixa.

Instituição pública de âmbito nacional com autonomia administrativa e financeira, tutelada pelo Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social.

É a entidade governamental que coordena a implementação da política de género, por si estabelecida, em parceria com a tutela, garantindo a sua adequada implementação, quer pelos setores, como pelos parceiros e organizações da sociedade civil, assim como o seu seguimento e avaliação.



ENQUADRAMENTO

Promoção da igualdade de género – compromisso do Governo de Cabo Verde

- ✓ Programa do VIII Governo Constitucional 2021 – 2025;
- ✓ Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017-2021;
- ✓ II Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2021 – 2026;
 - i) Orçamentação sensível ao género
 - ii) marcadores de género
 - iii) Transversalização do género em TODOS setores - Programa Igualdade de Género; catálogo de produtos
- Comissão interministerial para a transversalização do género.
- ✓ Planos setoriais e municipais de género;
- ✓ PLANO NACIONAL DE IGUALDADE DE GÉNERO – 2021 - 2026



ENQUADRAMENTO

Promoção da igualdade de género – compromissos internacionais

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres - CEDAW;

Declaração e Plataforma de Beijing;

Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

Agenda 2063 “ A África que queremos”;

Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa;

Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental - CEDEAO;

Equal Rights Coalition;

União Africana.



CONTEXTO NACIONAL

PLANO NACIONAL DE IGUALDADE DE GÉNERO 2021 -2026

1. AUTONOMIA ECONÓMICA

a) Cuidados e uso do tempo

Estudo Uso do tempo;

Plano Nacional de Cuidados

Cuidadores – 568

Infância (0 a 3 anos);

Idosos;

Dependentes;

Universalização do pré-escolar

Estruturas de apoio (creches; lares; centros de dia)

Materiais de apoio - guia

Coresponsabilização do trabalho doméstico/
cuidados com rapazes e homens.



Trabalho doméstico familiar

Mulheres
63 horas por semana

Homens
38 horas por semana

Trabalho Não Remunerado (TNR) ou Trabalho reprodutivo não remunerado compreende o conjunto de trabalhos integrados no trabalho doméstico familiar

USO DO TEMPO

NÃO ACHA QUE ESTÁ NA HORA DE CORRIGIRMOS OS DESEQUILÍBRIOS DE GÉNERO NOS TRABALHOS DOMÉSTICOS



CONTEXTO NACIONAL

PLANO NACIONAL DE IGUALDADE DE GÉNERO 2021 -2026

1. AUTONOMIA ECONÓMICA

b)Educação e formação:

Ensino básico obrigatório alargado 8º ano;

Isenção de propinas até 12ºano;

Apoio escolar (transporte, alimentação, material)

Decreto-lei nº47/2017 medidas de apoio social e escolar que garantem o acesso e permanência das mães no sistema de ensino;

Tolerância zero à violência- escolas lugares seguros

Ensino técnico

energias renováveis;

economia marítima.

Universidade – STEAM.



CONTEXTO NACIONAL

PLANO NACIONAL DE IGUALDADE DE GÉNERO 2021 -2026

1. AUTONOMIA ECONÓMICA

c)Emprego, rendimento e informalidade.

Capacitação e formação em áreas como educação financeira, plano de negócios e gestão de redes sociais, marketing digital;

Aumento da proteção social;

Promoção do auto-emprego;

Apoio a iniciativas de autonomia económica – microcrédito.

Cadastro Social Único - ferramenta de gestão, tem como missão cadastrar todos os agregados familiares do país, focalizando-os de acordo com as suas necessidades.

Grupo I Grupo II

Retoma pós-COVID-19 – Setor do turismo; Economia azul, economia verde, transição energética



CONTEXTO NACIONAL

PLANO NACIONAL DE IGUALDADE DE GÉNERO 2021 -2026

2. AUTONOMIA DO CORPO

a) Saúde sexual e reprodutiva

Monitorização das medidas do setor, capacitação e avaliação;

Protocolo de cooperação entre o ICIEG, Comissão nacional dos Direitos Humanos e o Comité de Coordenação de Combate à Sida;

Gabinetes de atendimento específico para adolescentes;

Parentalidade responsável;

Campanha contra gravidez na adolescência (Brasil).





CONTEXTO NACIONAL

PLANO NACIONAL DE IGUALDADE DE GÉNERO 2021 -2026

2. AUTONOMIA DO CORPO

b) Violência baseada no género

Lei 84/VII/11 de 10 de Janeiro – lei VBG

Formação aos principais setores (ME, PN, MJ, MS, OCS)

Manuais de atendimento;

Fluxograma de atendimento;

Meios de denúncia (sms, email, linha telefónica);

Estruturas de apoio à vítima:

Casas de abrigo

Centros de apoio à vítima

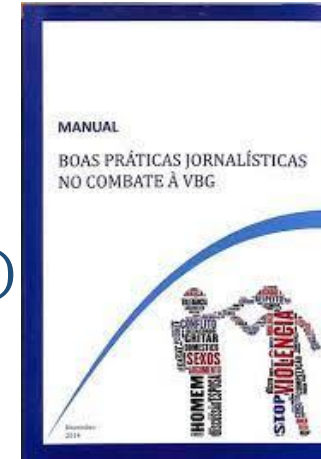
Fundo de apoio à Vítima

c) Comunidade LGBTI

ERC

Pride parade

Capacitação



GAV
Rede Sol



CONTEXTO NACIONAL

PLANO NACIONAL DE IGUALDADE DE GÉNERO 2021 -2026

3. AUTONOMIA NA TOMADA DE DECISÕES

a) O espaço privado (controle e exercício do poder);

Masculinidade positiva

Campanha contra violência no namoro

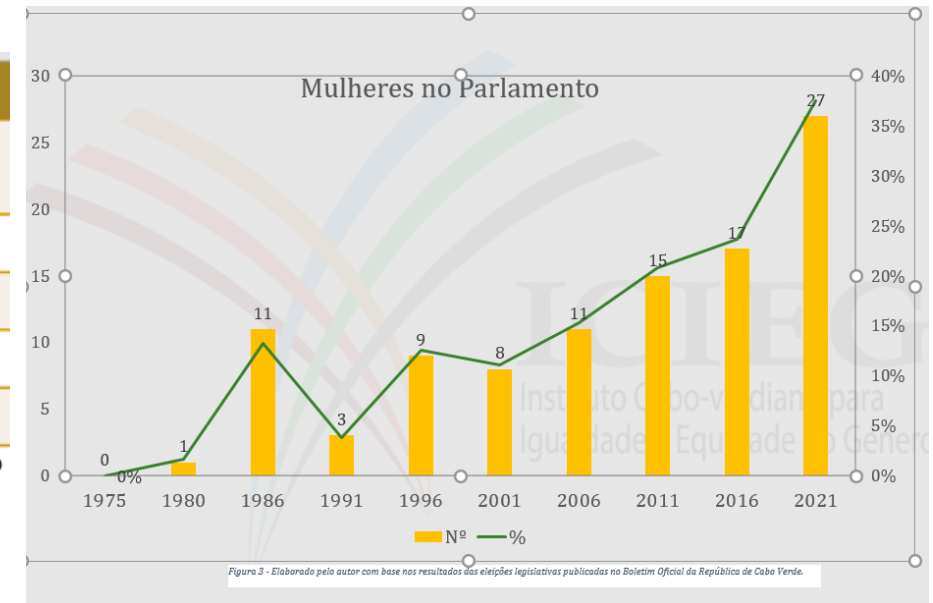


b) A representatividade das mulheres nos espaços de decisão públicos.

Lei da paridade (2019): 40% - 60%

AUTÁRQUICAS 2020		Homem	Mulher
Câmara Municipal	Presidentes das Câmaras Municipais	21†	1*
	Vereadores	60	56*
Assembleia Municipal	Presidentes das A.M	13	9
	Deputados	186	134
Total	480	280	200

†Santa Catarina de Santiago
*Substituição pelo falecimento
* Substituição do cargo





CONTEXTO NACIONAL

PLANO NACIONAL DE IGUALDADE DE GÉNERO 2021 -2026

b) A representatividade das mulheres nos espaços de decisão públicos (cont).

Formação “Mulheres em Liderança e Comunicação”, Praia, Santa Catarina (CIG);

Formação sobre a Violência em tempo de eleições, Fogo (CIG);

Criação de 22 grupos promotores da paridade de género em todos os municípios de Cabo Verde.





CONTEXTO NACIONAL

Cooperação Internacional

Nações Unidas - Cabo Verde é um dos países piloto na reforma do Sistema das Nações Unidas, denominado ONE UN, onde todas as agências funcionam através de um Programa Único (ONE Programme) o que dá coerência na implementação dos programas e projetos no país.

PTA com PNUD

Portugal – CIG

Capacitação e formações no âmbito da participação política da Mulher, especificamente sobre a violência em tempos de eleições e a comunicação;

Projeto-piloto ilha do Fogo - Promover o empoderamento económico das mulheres e a sua participação nos processos de decisão (Instituto Camões e Nações Unidas)





RECOMENDAÇÕES

- ✓ Promover a territorialização e a municipalização das políticas públicas de género, através da valorização das parcerias locais, em particular com o poder local, organizações da sociedade civil e parceiros;
- ✓ Engajar rapazes e homens na promoção da igualdade e equidade de género, através da sua sensibilização e capacitação, promovendo a masculinidade positiva, a responsabilização parental e a coresponsabilização dos cuidados;
- ✓ Assegurar tolerância zero contra todas as formas de violência contra mulheres e meninas, principalmente as relativas à violência doméstica, abusos sexuais, gravidez e casamento precoces, mutilação genital feminina e tráfico e exploração de seres humanos;
- ✓ Promover espaços de diálogo e partilha, assim como dinâmicas participativas entre os Estados membro da CPLP.



RECOMENDAÇÕES

- ✓ Tendo em conta as vulnerabilidades e as desigualdades que se acentuaram com a pandemia da COVID-19, priorizar o empoderamento económico das mulheres, com vista à sua verdadeira autonomia e sustentabilidade, na elaboração de políticas públicas e estabelecimento de parcerias;
- ✓ Reconhecer a importância da efetiva transversalização do género nas políticas públicas, assegurando a orçamentação sensível ao género em todos os setores;
- ✓ Produção de dados atualizados sobre as temáticas da igualdade e equidade de género, promovendo a sua partilha através de plataformas de fácil acesso;
- ✓ Garantir a efetiva participação das mulheres em cargos de tomada de decisão, eliminando as barreiras que as impedem de assumir cargos públicos e/políticos.



PERPECTIVAS

- Promover projetos de promoção do empoderamento/autonomia económica das mulheres, através de parcerias bilaterais, conforme o que está em curso com Portugal;
- Intensificar a luta contra a VBG, através da revisão do quadro legal e reforço das estruturas de apoio à vítima;
- Garantir a efetiva aplicação da Lei da Paridade em todos os níveis da administração pública, em particular nas chefias intermédias, assim como no poder local;
- Disseminar a partilha de boas práticas entre os Estados membro da CPLP.

